

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo

The media as a political actor: The 2013 and 2015 Brazilian manifestations in Folha de S. Paulo

CARLA REIS LONGHI

Universidade Paulista (UNIP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: carlalonghi@uol.com.br. ORCID: 0000-0003-2937-8982.

TALITA LUCARELLI

Universidade Paulista (UNIP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: talitalucarelli@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8637-9557.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LONGHI, Carla Reis; LUCARELLI, Talita. A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 167-178, abr./jul. 2020.

Enviado em: 16/4/2019. Revisor A: 7/6/2019; Revisor B: 26/8/2019. Aceito em: 13/9/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28546>

Resumo¹

Neste artigo, pretende-se analisar as publicações realizadas pela Folha de S. Paulo a respeito das Manifestações de Junho de 2013 no período entre 06 e 07 de junho de 2013 e das Manifestações pró *impeachment* de 2015 entre os dias 15 e 16 de março de 2015. A Análise de Conteúdo categorial será utilizada como suporte metodológico, visando perceber as similitudes e afastamentos do enquadramento dado pelo veículo aos eventos.

Palavras-chave

Comunicação; Manifestações; Política; Enquadramento.

Abstract

In this article, we intend to analyze the publications made by Folha de S. Paulo regarding the Manifestations of June 2013 in the period between 06 and 07 June 2013 and the Manifestations pro impeachment of 2015 between 15 and 16 March. The Categorical Content Analysis will be used as a methodological support, aiming at perceiving the similarities and estrangement from the vehicle's framework to the events.

Keywords

Communication; Manifestations; Politics; Framework.

¹ Artigo apresentado ao GT 03 – Jornalismo político e eleitoral do XVI Congresso Brasileiro de Comunicação Política e Marketing Eleitoral – São Paulo (SP).

Introdução

Objetiva-se neste trabalho verificar de que forma as notícias relativas às Manifestações de Junho de 2013 e às Manifestações pró *impeachment* de 2015 foram enquadradas pela Folha de S. Paulo. Estabeleceu-se como recorte as publicações dos dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de junho de 2015, tendo em vista que estas datas correspondem, respectivamente, à primeira Manifestação organizada pelo MPL em reivindicação relativa à qualidade e às tarifas do transporte público, e a última por ter sido o dia 15 de junho o momento que marcou a volta dos manifestantes às ruas, articulados em gritos anticorrupção e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

A respeito das características dos movimentos postos nas ruas em 2013 e 2015, cabe destacar não apenas a diversidade de demandas que os mobilizam, mas também os pontos em que divergem dos movimentos sociais que tradicionalmente articulam os protestos pelas ruas do país. Ainda que componham siglas que se assemelham e que podem até mesmo se confundir, as causas pelas quais se mobilizam o MPL (Movimento Passe Livre) e MBL (Movimento Brasil Livre), organizadores dos atos de 2013 e 2015, respectivamente, dizem respeito a matrizes políticas, ideologias e valores divergentes. As siglas, entretanto, convergem no sentido de se tratarem de movimentos que possuem lógicas de articulação e estruturação diferentes dos movimentos sociais clássicos, representados por grupos sindicais, movimentos da luta pela terra e habitação, conforme se pretende apontar neste artigo.

No que tange ao processo de produção das notícias, faz parte da rotina jornalística recortar e enquadrar os fatos antes de torná-los públicos. Conforme explica Motta (2010), o enquadramento de um fato ou de um evento presume que alguns aspectos sejam destacados em detrimento de outros. Desta forma, algumas informações podem ser incluídas ou excluídas no texto comunicativo.

A construção de conteúdos passa por fatores como a imposição de uma linha editorial pelos veículos aos jornalistas por eles empregados e pelas características e crenças individuais destes profissionais.

Cabe ainda a observação de que os veículos midiáticos se orientam por interesses que ultrapassam as linhas editoriais por eles adotadas, atendendo a interesses mercadológicos e operando através da lógica do capital. Torna-se importante observar que a indústria midiática é composta por empresas privadas que tendem a fragmentar a realidade de acordo com critérios que se relacionam a aspectos comerciais e ideológicos de cada uma. Através da análise proposta, acredita-se que seja possível perceber se há uma manutenção dos enquadramentos e discursos relativos aos atos de 2013 e de 2015 nas publicações da Folha de S. Paulo.

Enquadramentos: a atuação da mídia como ator político e social

O ambiente social está imerso na comunicação. E não apenas no contexto midiático-informativo. As novas tecnologias permitem que se estabeleçam trocas de mensagens em diferentes suportes em tempo real e sem limitações geográficas. Da mesma forma, o acesso à informação foi potencializado pela facilidade de acesso aos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação, que tiveram que se adaptar ao fluxo intenso e imediatista sugerido pelo atual cenário, atravessado pela virtualidade.

Informar significa, em seu sentido etimológico, dar forma a. Toda informação pressupõe um suporte, traços materiais (meio de difusão da mensagem: tinta, ondas sonoras, pontos luminosos etc.) e um código através do qual a informação é elaborada, conforme enuncia Martino (2008). O contato com os conteúdos informativos é algo comum, faz parte da vivência social. Desta forma, a comunicação tem uma existência sensível, é do domínio do real, forjada como fato concreto do cotidiano, exposta de forma quase exaustiva na sociedade contemporânea (FRANÇA, 2008, p. 39). Embora a comunicação não tenha sido descoberta na modernidade, ela foi problematizada e complexificada ao longo dos séculos, o que permitiu o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização, como destaca França (2008).

Hohlfeldt (2008) enfatiza que há uma relação íntima entre a comunicação e os desenvolvimentos sociais. A comunicação não permite apenas a troca de mensagens, mas concretiza uma série de funções, entre as quais é possível citar a circulação de informações e a construção de consensos de opinião – destacando-se a sua participação em processos persuasivos e na formação de identidades.

Este artigo prioriza as teorias que analisam o jornalismo a partir da perspectiva construcionista, na qual se considera que os jornais são atores sociais que participam ativamente da construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 1985). Na base deste arcabouço teórico estão as teorias do agendamento, a teoria do *newsmaking* e, principalmente, as teorias sobre o enquadramento, que revelam de que forma os fatos são recortados e selecionados e, para além disso, ganham ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros. Entende-se que isso pode ocorrer em função de escolhas editoriais, por ações dos próprios jornalistas e até mesmo por aspectos relacionados às rotinas de produção e critérios de noticiabilidade. Isso revela a complexidade do fazer jornalístico compreendido como resultado de um conjunto de variáveis que atuam para transformar acontecimentos em notícias.

Segundo Sádaba (2007), para a teoria do enquadramento, o jornalista, ao cobrir um acontecimento, tende a influenciar o modo como o mesmo será noticiado. A autora elenca algumas características individuais do jornalista que podem interferir no processo de construção da notícia, tais como a etnia, o sexo, a idade, a educação recebida, o lugar onde ele estudou jornalismo, as experiências profissionais e as crenças que ele possui e a orientação editorial de seu veículo empregador. Além disso, a autora destaca que as fontes utilizadas pelo jornalista também exercem influência sobre a realidade por ele construída. Através da escolha das fontes é possível dar a notícia um encaminhamento que a faça compatível com os interesses dos jornalistas e dos veículos que representam.

O enquadramento predominantemente utilizado pelos veículos midiáticos no jornalismo político é, segundo Motta (2010), o *frame* dramático (narrativo). O autor esclarece que, ao estabelecer ordenamentos narrativos para a realidade, os jornalistas têm a possibilidade de contar uma história e estabelecer uma linha argumentativa que torna os fatos mais facilmente compreensíveis para o leitor. Sob a perspectiva de Motta (2010), o jornalismo político tende a utilizar enquadramentos dramáticos lúdicos, incorporando expressões como *guerra*, *batalha*, *duelo*, *quebra-cabeça*, porque esses *frames* permitem enquadrar os enfrentamentos políticos buscando torná-los mais claros para sua audiência.

A política, neste sentido, constitui-se como um complexo jogo de poder em que seus agentes passam por processos de formação de alianças, enfrentamentos, convergências e divergências. A produção de enquadramentos dramáticos permite que se apreenda as complexas relações que permeiam o campo político e que elas sejam relatadas ao público de forma didática. Relatar os fatos de forma lúdica facilita a assimilação por parte dos leitores devido ao fato de esses *frames* serem parte da cultura do senso comum (MOTTA, 2010, p. 158).

Os enquadramentos produzidos pela mídia são determinados por fatores que extrapolam a natureza real dos fatos. A seleção dos conteúdos noticiados é um processo que passa pelas características individuais dos jornalistas e pela visão editorial de cada veículo de comunicação. Isso significa que um mesmo acontecimento pode ser relatado sob pontos de vista diferentes. A realidade é apresentada de forma fragmentada pelos veículos de comunicação que irão enquadrá-la seguindo a critérios que atendam aos interesses comerciais e particulares de cada um deles.

Manifestações e ativismo: a nova configuração dos movimentos sociais brasileiros nas ruas

Tradicionalmente associados ao agir coletivo em nome de demandas que giram em torno da melhoria e conquista de direitos básicos e da garantia de sobrevivência, os movimentos sociais se articulam e organizam através das identidades e pertencimento a questões étnicas, de gênero ou culturais, na luta por uma causa em comum.

No Brasil, os movimentos sociais se fortaleceram entre as décadas de 1960 e 1970 como uma via de resistência à ditadura e ao autoritarismo do Estado, congregando segmentos das camadas mais populares da sociedade, artistas, estudantes e intelectuais. Estes grupos se articulavam em vias de democratizar o regime político e a sociedade. Na segunda metade da década de 1970, os movimentos dos atingidos por barragens, dos sem terra e os que se organizavam a partir das lutas identitárias feministas, étnicas etc. entraram também em cena. Às lutas identitárias destes grupos foram agregadas as reivindicações em busca da democracia (SCHERER-WARREN, 2008, p. 10).

Entre as décadas de 1980 e 1990, com a transição política para a democratização do Estado, os movimentos sociais se mobilizaram visando garantir e ampliar direitos na nova Constituição brasileira. Neste mesmo período, houve um aumento no número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social, como explica Scherer-Warren (2008). Conforme elucida Gohn (2017), estes novos movimentos sociais na década de 1980 eram organizados de forma a se diferenciar dos grupos clássicos, afastando-se das estruturas rígidas comumente associadas aos movimentos sindicais e operários.

No que tange à primeira década dos anos 2000, Scherer-Warren (2008) salienta que os movimentos sociais convivem com características de momentos anteriores, mas passam a atuar em formato de rede, buscando por um maior engajamento em questões nacionais e mais autonomia com relação aos órgãos governamentais. Esta fase, de acordo com a autora, é marcada pela emergência de um movimento cidadão crítico comprometido não com um projeto de controle do Estado, mas de controle social tendo como via a cidadania, atuando na solução de questões nacionais de interesse público. Os movimentos sociais em rede, conforme explica Scherer-Warren (2008), tendem a contribuir para que as forças populares obtenham maior autonomia em relação ao Estado. A organização em rede contribui para que, com formas de comunicação e manifestação mais amplas e globais e, por meio da visibilidade que podem dar a suas causas, viabilizam o empoderamento de alguns grupos.

O ambiente interativo, colaborativo e descentralizado da internet deu aos movimentos sociais a possibilidade de difundir suas reivindicações sem a necessidade de submetê-las aos filtros da grande mídia. Ao contrário do alcance dos grandes conglomerados midiáticos, que atingem milhões de pessoas, os movimentos ambientados no ciberespaço buscam promover a disseminação de ideias a grupos que estejam dispostos a interagir, apoiar, sugerir ou contestar as pautas por eles sugeridas (MORAES, 2000, p. 142).

Gohn e Bringel (2013) destacam que a atuação dos movimentos através da rede virtual redimensionou as distâncias das ações coletivas, que muitas vezes ocorrem em um espaço geograficamente distante do local onde os grupos ou movimentos sociais se originaram. A ambientação destes movimentos no meio virtual não é caracterizada “apenas em função das conexões provocadas pelas tecnologias da comunicação, mas da sua composição variada de entidades e movimentos” (GOHN e BRINGEL, 2013, p. 31).

Há também a possibilidade de se utilizar a ambiência virtual como mediadora na interlocução de grupos de ativistas tanto com a sociedade civil quanto com o Estado. Scherer-Warren (2006) destaca que a partir da comunicação forjada na virtualidade entre os movimentos e seus pares, as ações presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçadas.

As mobilizações na esfera pública são fruto da articulação entre membros de movimentos sociais localizados, ONGs e simpatizantes de suas causas que, através de manifestações em praça pública, buscam produzir visibilidade na mídia, propiciar efeitos simbólicos que atinjam os próprios manifestantes, a sociedade em geral, além da possibilidade de exercer pressão política (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Tendo como principal forma de articulação e organização a comunicação em rede, surgem em 2013 novos atores sociais na cena dos protestos. Gohn (2017) destaca que até junho de 2013 os movimentos clássicos e os *novos* eram os protagonistas dos protestos nas ruas brasileiras. A partir de 2013, entram em cena os grupos denominados como *novíssimos* pela autora, caracterizados por serem não somente heterogêneos como também por representarem diferentes correntes e contracorrentes relativas ao mundo da política e da cultura.

A construção identitária destes novíssimos movimentos é complexa devido ao fato de se tratarem de grupos com referências diversas em termos de faixas etárias, gostos, pertencimento e adesão à luta por alguma causa, valores e ideologias que os motivam. É comum que estes grupos se organizem preferencialmente em coletivos e neguem a possibilidade de se organizar em movimentos sociais por possuírem a visão de que estes movimentos representam formas engessadas, tradicionais e estruturas centralizadoras. Em contrapartida, os coletivos são vistos como agrupamentos fluidos, horizontais e autônomos, onde seus membros denominam-se como ativistas e não como militantes de alguma causa. Os membros de um movimento social militam por uma causa e são algo mais que ativistas casuais por não serem estritamente convocados por plataformas *online*. Eles possuem laços de pertencimento com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GOHN, 2017, p. 22-23).

Gohn (2017) destaca ainda que estes grupos denominados como novíssimos são diversificados em termos de referências, gostos, pertencimento e adesão à luta por alguma *causa* e são compostos por uma maioria de membros jovens. Segundo a autora, os movimentos nesta nova configuração deixaram não somente de ser hegemônicos como também aglutinadores de identidades. A organização em forma de coletivos pode envolver ou não práticas contestatórias, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais entre os jovens que os compõem. Em contrapartida, os movimentos sociais são presos a modelos mais tradicionais no que tange a estrutura, identidades mais coesas, projetos de sociedade ou resolução de problemas que surgem no campo social.

Ainda que se organizem e se articulem em torno de demandas e repertórios diferentes dos movimentos sociais clássicos e *novos*, os *novíssimos* tornaram-se figuras frequentes em protestos que tomaram as ruas do país no pós junho de 2013. Compreender quem são estes sujeitos é essencial para que seja possível tecer algum entendimento a respeito das mudanças políticas e sociais recentes.

As Manifestações de Junho de 2013 e os atos pró *impeachment* de 2015

Desde junho de 2013 tornaram-se frequentes na cena social brasileira as manifestações de massa. Articulando-se em torno de demandas heterogêneas, que variam entre a reivindicação por transporte público de qualidade, que inicialmente foram o mote dos atos de junho de 2013, às manifestações pró *impeachment*, inúmeras manifestações se espalharam em todo território brasileiro.

Em 2013, a insatisfação relativa à qualidade e ao reajuste tarifário do transporte público foi a pauta que levou o MPL (Movimento Passe Livre) às primeiras mobilizações na capital paulista. Estas insatisfações foram o estopim para que reivindicações diversas e até mesmo contraditórias ganhassem espaço nas ruas. Os manifestantes clamavam por melhorias na prestação de serviços como saúde e educação, pediam a redução dos impostos, posicionavam-se contra os gastos públicos na realização dos megaeventos programados para o país (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), além de mostrar indignação ante ao cenário político nacional.

Silva e Ziviani (2014) apontam que a diversidade de opiniões, reivindicações e pontos de vista dificultou as compreensões dos movimentos sociais. Nas ruas, fundiram-se movimentos tradicionais e organizados, movimentos desorganizados e uma multidão que até então não havia se envolvido em nenhum tipo de atividade combativa. Houve neste período o aparecimento de um novo sujeito político que estava ausente há muitos anos, manifesto nos cidadãos que se reuniam nas ruas em protesto, em especial aqueles pertencentes às camadas médias da sociedade, conforme acrescenta Gohn (2014).

Embora o ideário das manifestações estivesse ligado a uma ideologia esquerdista, evidenciada através de demandas que sugeriam a igualdade de acesso aos serviços públicos e pela crítica às elites e à classe política, foi possível perceber que agrupamentos de extrema direita também marcavam posição nas ruas. Apesar de terem sido minoritários e marginais, a ação destes grupos em São Paulo fez com que os atos

do MPL se deslocassem para a periferia da cidade, como relembram Ricci e Arley (2014). Além disso, é válido ressaltar que foi a partir da ação destes manifestantes que o MPL e militantes da esquerda foram expulsos dos atos do dia 20 na capital paulista, sob a alegação de que se tratava de um protesto *antipartido*.

Em março de 2015, novas manifestações irrompem nas ruas brasileiras, e, embora se assemelhem ao cenário de junho de 2013 no que diz respeito ao número de pessoas presentes nos atos e na forma de organização via redes, as demandas através das quais foram articuladas são diferentes. A polarização política brasileira, acirrada no período eleitoral de 2014, onde Dilma Rousseff (PT) foi reconduzida à presidência da república após uma disputa com Aécio Neves (PSDB), foi evidenciada na figura dos *coxinhas* e *esquerdopatas*. Direita e esquerda disputavam não apenas por espaço no poder público, mas nas ruas, nas redes e na mídia. Em 2015, em meio a panelaços e a uma sociedade polarizada, setores médios da sociedade brasileira se uniram sob o argumento do combate à corrupção, clamando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

Gohn (2017) destaca que a multidão presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT). A manifestação, que segundo estimativas reuniu mais de 200 mil pessoas só na cidade de São Paulo, chama a atenção não apenas pelo número de manifestantes, mas pela forma como ocorreram.

Gohn (2017) destaca a recorrência de *selfies* dos manifestantes, vestidos em sua maioria com camisas da CBF, com o aparato policial presente no evento. A força policial, que normalmente atua em vias de oprimir as manifestações com o uso da força, tornou-se alvo de fotos que mais tarde seriam compartilhadas pelo público dos atos nas redes sociais. A autora aponta ainda para a presença das classes médias brasileiras no ato do dia 15 de março.

As manifestações do dia 15 de março de 2015 foram convocadas com base em critérios e valores morais, fazendo apelo à ética e bradando contra a corrupção, não possuindo uma pauta específica como demanda e sem a associação a um passado de lutas e militância por parte dos manifestantes (GOHN, 2017, p. 69). Estes grupos se organizaram nas ruas nos meses que se seguiram em 2015 e continuaram a se mobilizar no ano posterior. Apesar de não terem poder decisivo no processo que culminou com a deposição de uma presidente democraticamente eleita e sem crime de responsabilidade, estes grupos tiveram peso considerável no desenrolar do processo.

Buscando compreender de que forma a Folha de S. Paulo, veículo de maior tiragem no país, que se posiciona como pluralista, crítico e apartidário, enquadrando as Manifestações de Junho de 2013 e as Manifestações de Março de 2015, pretende-se analisar as matérias divulgadas pelo veículo entre os dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de março de 2015. Utilizando da análise de conteúdo categorial, pretende-se observar se há uma manutenção do discurso disseminado pelo veículo a respeito das manifestações de rua através dos enquadramentos por ele empregados, das valências dadas às publicações, das fontes acionadas e do próprio jornal, enquanto ator político.

Análise dos enquadramentos das publicações veiculadas pela Folha de S. Paulo a respeito das “Manifestações de Junho de 2013” e das “Manifestações de Março de 2015”

Com o intuito de verificar o enquadramento das notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo foram coletadas as publicações referentes às Manifestações de Junho de 2013 e das Manifestações de Março de 2015, as quais receberam o destaque de capa no veículo de comunicação. O recorte compreende o período entre os dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de março de 2015, que correspondem aos dias em que os atos ocorreram e aos dias posteriores, respectivamente.

Gohn (2017) explica que a multidão presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT). A manifestação, que segundo estimativas reuniu mais de 200 mil pessoas só na cidade de São Paulo, chama a atenção não apenas pelo número de manifestantes, mas pela forma como ocorreram. Gohn (2017) destaca a recorrência de *selfies* dos manifestantes, vestidos em sua maioria com camisas da CBF, com o aparato policial presente no evento. A força policial, que normalmente atua em vias de oprimir as manifestações com o uso da força, tornou-se alvo de fotos que mais tarde seriam compartilhadas pelo público dos atos nas redes sociais. A autora aponta ainda para a presença das classes médias brasileiras no ato do dia 15 de março.

Para que seja possível realizar a análise proposta, foram mobilizadas três categorias, onde serão apresentados os *Enquadramentos das manifestações*, levando-se em consideração a valência das publicações, os *Personagens/fontes* por ele acionadas, além do posicionamento do *Jornal como ator político*. Elencam-se abaixo os dados básicos das notícias estudadas, entre os quais estão dispostos o título, a data de publicação, a editoria e a valência (negativa, positiva, neutra ou equilibrada), sendo o (Quadro 1) correspondente às Manifestações de 2013 e o (Quadro 2) referente às Manifestações de 2015.

Quadro 1 – Enquadramento das notícias sobre as Manifestações de Junho de 2013

Título das notícias	Data	Editoria	Valência
-----	06/06/2013	-----	-----
Protesto contra aumento de ônibus tem conflito e vandalismo em SP	07/06/2013	Cotidiano	Negativa
Ato fecha até shopping e deixa estações depredadas	07/06/2013	Cotidiano	Negativa

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 2 – Enquadramento das notícias sobre as Manifestações de 2015

Título das notícias	Data	Editoria	Valência
Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma	15/03/2015	Poder	Positiva
Do Fasano para a rua	15/03/2015	Ilustrada	Positiva
Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo	16/03/2015	Poder	Positiva
Caras da avenida	16/03/2015	Poder	Positiva
Tietados, policiais posam para fotos com manifestantes	16/03/2015	Poder	Positiva

Fonte: Elaborado pelas autoras

Analisando-se cada matéria extraída da capa das edições das publicações de 2013 e de 2015 da *Folha* anteriormente citadas, é possível notar que há uma discrepância no que diz respeito às valências empregadas em cada um dos conteúdos. Enquanto as Manifestações de Junho de 2013 tiveram seu primeiro ato enquadrado sob vieses majoritariamente negativos, evidenciado pelo emprego constante de

termos que denotavam caráter depreciativo às manifestações (vandalismo, baderna, pânico, depredação etc.), o ato que inaugurou as manifestações pró *impeachment* de 2015 foi enquadrado de forma positiva pelo veículo, sendo utilizados termos que denotavam o caráter pacífico e ordeiro das manifestações (ato político, atmosfera pacífica, expressão do espírito democrático etc.).

Cabe ainda destacar a ausência de matérias a respeito dos atos do dia 06 de junho de 2013 na edição da *Folha* publicada na mesma data. Na ausência de informações a respeito das manifestações convocadas pelo MPL, há uma publicação a respeito da marcha ocorrida em Brasília contra o aborto e o casamento gay, que contou com a presença do pastor Silas Malafaia e grande adesão das comunidades evangélicas. Ao contrário do ocorrido na data da manifestação de junho de 2013, no dia 15 de junho de 2015 a *Folha* publicou duas matérias que diziam respeito aos atos que ocorreriam na mesma data. Para além da divulgação do horário em que os protestos ocorreriam, o veículo informou sobre pontos de encontro entre manifestantes e apresentou os movimentos que organizavam o evento.

Personagens/fontes

No que tange aos personagens acionados na cobertura da *Folha* nas publicações do dia 07 de junho de 2013, os membros do MPL figuraram não apenas como organizadores dos protestos, sendo também associados a uma *esquerda radical*, a grupos *anarquistas*. O protagonismo é dado aos manifestantes, que recebiam as alcunhas de vândalos, baderneiros e promotores da desordem. Atribuiu-se ao ato a responsabilidade pela interdição de importantes vias da capital paulista, causando grandes engarrafamentos e atrapalhando o fluxo da cidade. Além disso, é ressaltado em mais de um momento que a alta dos valores pagos pelo transporte coletivo foi dada numa cotação abaixo da inflação. Essa afirmação contribui para deslegitimar o movimento, que alegava que o acréscimo de vinte centavos causaria impactos negativos na vida de muitos trabalhadores que dependem do transporte público.

A Polícia Militar também figurou como personagem das publicações do dia 07 de junho de 2013. As ações da PM por vezes são retratadas como abusivas pelo veículo, mas, mesmo que de forma indireta, eram justificadas pela ação violenta dos manifestantes. Cabe ressaltar que as publicações se utilizam apenas de fontes oficiais, figurando, além da PM, lideranças políticas e a administração do Metrô. O MPL, principal organizador dos eventos, foi citado de forma indireta, atribuindo a um de seus líderes o argumento de que o grupo teria perdido o controle da manifestação. Ainda que tenha sido dado a sigla um breve lugar de fala, o espaço maior concedido a ela pelo veículo foi dado no sentido de explicar que o movimento era composto por militantes radicais de partidos de esquerda.

Nas publicações dos dias 15 e 16 de março de 2015, destaca-se o protagonismo de lideranças políticas de oposição, personificadas por partidos como PSDB e DEM e pelos grupos que seriam responsáveis pela convocação e organização dos atos (MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online). Diferentemente do que se observa nas publicações referentes ao dia 07 de junho de 2013, as publicações referentes às manifestações pró *impeachment* trazem o povo que foi às ruas vestido de verde e amarelo como protagonistas do ato e lhe é concedido lugar de fala. Há o acionamento de fontes diretas que representavam o povo presente nas manifestações. Entre os ouvidos, destaca-se a fala de um artista que diz sentir vontade de sair do Brasil devido à alta do dólar, da inflação e das faltas de segurança, de qualidade do transporte e de educação. Há ainda um contador que evoca a necessidade de uma intervenção militar para colocar fim à corrupção.

São destacadas nas publicações as características dos manifestantes que protagonizaram o ato do dia 15 de março de 2015, composto principalmente por famílias. Relata-se as diferenças entre os atos de 2015 e 2013, destacando que os atos anteriores teriam sido marcados pela participação massiva de jovens e pelo confronto policial. Ao contrário de junho de 2013, os manifestantes presentes nos atos do dia 15 de março teriam chamado a atenção por tirar *selfies* com a PM e com a Tropa de Choque.

A Polícia Militar figura como protagonista dos atos do dia 15 de março, juntamente com os

manifestantes. Destaca-se o fato de que os PMs, comumente hostilizados durante as manifestações, teriam sido tediados por manifestantes que abraçavam, elogiavam e pediam para tirar *selfies* com os policiais. Fontes institucionais são acionadas de forma indireta. Além da Polícia Militar, lideranças políticas ligadas ao governo e oposicionistas são ouvidas pela publicação

Através da análise das publicações observa-se a predominância de matérias que utilizam fontes oficiais de forma massiva. Das unidades analisadas em 2013, atenta-se para a ausência de fontes provenientes do público presente nas manifestações. Ainda que tenham protagonizado grande parte das matérias, sua voz não aparece nelas de forma direta e seu protagonismo é colocado de forma pejorativa e associado ao vandalismo e à depredação do patrimônio público. No que tange às Manifestações de 2015, conforme o período analisado, percebe-se que, nas publicações posteriores aos atos, houve a inserção de fontes que estiveram presentes nas ruas e a exaltação ao civismo do povo presente nos atos.

A escolha pelas fontes primárias está relacionada à perspectiva construcionista do jornalismo (BERGER e LUCKMANN, 1985), mais especificamente à Teoria Estruturalista. Traquina (2001) explica que a imprensa luta contra a tirania do tempo e, para garantir o fechamento dos jornais, são levados a se organizar no tempo e no espaço. Para isso, criam uma rede de fontes que dão suporte para as diferentes editoriais. Conforme explica Traquina (2001), há uma dependência cada vez maior dos jornalistas em relação aos *definidores primários*. Tanto no caso das manifestações de março de 2013 quanto nas de 2015, as fontes que aparecem com ênfase são a Polícia Militar, representantes dos governos e dos grupos que organizaram os movimentos, ainda que nos atos de 2015 os manifestantes tenham sido ouvidos pela *Folha*. Isso, segundo o autor, reforça a visão de mundo das instituições sociais consolidadas ao dar voz, preferencialmente, a fontes ligadas à lógica estrutural da sociedade.

O jornal como ator político

Considerando-se que as Manifestações de Junho de 2013 e as de Março de 2015 estão separadas por um curto espaço de tempo, poderia ser esperado que houvesse uma manutenção discursiva a respeito dos protestos por parte do veículo. Nota-se, entretanto, através dos enquadramentos, valências, fontes e personagens acionados, que a *Folha de S. Paulo* atribuiu aos eventos padrões valorativos diferenciados. Enquanto os atos de 2013 foram predominantemente enquadrados sob vieses negativos, as manifestações *pro impeachment* receberam avaliações positivas nas publicações que compreendem o período aqui analisado.

Sobre o posicionamento político do veículo, nas publicações do dia 07 de junho de 2013, é possível observar em vários momentos críticas indiretas aos partidos de esquerda e também à classe política de modo geral. Destacou-se que o MPL, idealizador dos protestos, era composto por estudantes ligados à esquerda radical e ao anarquismo. No caso das publicações do período analisado, como ficou evidente nos dados empíricos, a *Folha de S. Paulo*, por uma decisão editorial, optou por um enquadramento negativo e buscou criminalizar os atos, dando legitimidade, inclusive, à postura agressiva e violenta da Polícia Militar, tratando de forma depreciativa os manifestantes presentes nos atos.

Já nas publicações referentes aos dias 15 e 16 de março de 2015, a *Folha*, assim como nas publicações referentes a junho de 2013, manteve um posicionamento político de descrédito aos partidos de esquerda e aos agentes que os integram. Entretanto, as manifestações do dia 15 de março de 2015 não apenas tiveram espaço de divulgação como também de convocação, sendo publicados os horários dos atos e os locais de encontro dos grupos que os organizaram. O mesmo não pode ser observado a respeito das manifestações de 2013, que na publicação do dia 06 de junho não receberam nenhum destaque, vindo a se tornar pauta apenas após a realização dos atos.

Através da análise dos dados apresentados, é possível afirmar que o veículo, por uma decisão editorial, optou por destacar aspectos negativos dos atos do dia 06 de junho de 2013, ressaltando a

característica desordeira de seus manifestantes, enquanto os atos do dia 15 de março de 2015 receberam enquadramentos positivos, exaltando sua natureza democrática e pacífica.

Considerações finais

Através da análise empregada neste artigo é possível observar de que maneira a abordagem de um mesmo veículo sobre eventos de natureza semelhante (ambos se caracterizam pela aglomeração de pessoas nas ruas) podem receber tratamentos opostos sob a perspectiva dos enquadramentos aos quais são submetidos.

Para além dos enquadramentos observados nas publicações a respeito das manifestações de junho de 2013 e de março de 2015, predominantemente negativos para a primeira e positivos para a segunda, há também a diferenciação das massas presentes nas ruas. Se em 2013 os manifestantes não são ouvidos ou nomeados, sendo tratados na maior parte das vezes como vândalos e baderneiros, nos atos de 2015 têm lugar de fala, destacando-se que o povo presente nas ruas era composto por famílias que se reuniam pacificamente nas ruas em nome de uma manifestação democrática. Cabe ainda ressaltar que se optou por se referir a estes grupos como *povo*, *pessoas* ou a ouvi-los de forma direta, dando a eles nome e cara. Por meio destas escolhas lexicais, o termo *manifestante* foi utilizado de forma menos recorrente.

As Manifestações de Junho de 2013 e as Manifestações pró *impeachment* de 2015 guardam diferenças que dizem respeito às referências político-ideológicas dos manifestantes, ao repertório das demandas, aos grupos sociais que as articularam e aos valores que as fundamentavam. A Folha de S. Paulo assume, através dos enquadramentos dados aos fatos, um papel como ator político, conforme evidenciado anteriormente. Neste sentido, optou-se por tratar as manifestações e os manifestantes de 2013 de forma predominantemente negativa e depreciativa e, em contrapartida, adotou um tom ameno e civilizatório para descrever os atos de 2015. Dado o contexto em que ambos os eventos se articulam, o posicionamento da *Folha*, evidenciado ao longo do período aqui analisado, contradiz a política de isenção que o veículo atribui a si mesmo.

Referências

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FRANÇA, V. Vera. O objeto da comunicação – a comunicação como objeto. *In*: HOHLFELDT, Antonia; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- GOHN, M. Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, M. Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- GOHN, M. Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINO, L. Carlos. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, Dênis. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, p. 146-156, jul./dez. 2000.
- MOTTA, L. Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar

narrativamente os conflitos políticos. *In*: MIGUEL, L. Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas** – a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SÁDABA, Teresa. **Framing**: El encuadre de las noticias. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2008.

SILVA, R. Helena; ZIVIANI, Paula. **Ruas e redes** – dinâmica dos protestos BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

Carla Reis Longhi é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP e professora concursada do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Talita Lucarelli é doutoranda em Comunicação na UNIP. Graduada e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa, o desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.